REVISTA
redeGIFE

ESPECIAL 12º CONGRESSO GIFE

Nº 1 | JUNHO/2023

Distribuição Gratuita

Decolonização, o próximo passo para o investimento social

Resposta para a crise climática está em ouvir os povos indígenas, quilombolas e periféricos

Desafiando as estruturas de desigualdades: a filantropia deve ir além

O investimento social privado e a filantropia podem ter atuação mais direta na construção de uma sociedade mais equânime, justa e sustentável.

Faça parte da **Rede GIFE**

Há 28 anos, o GIFE reúne institutos, fundações e empresas que investem seus recursos em projetos, programas e ações de interesse público.
Em 2020, essa rede investiu R$ 5,3 bilhões; um valor significativo, mas ainda distante da necessidade de um país de dimensões continentais.

Mas, se aplicado de forma estratégica e sistemática, o recurso e a forma de fazer da filantropia brasileira e do investimento social privado podem ser essenciais em projetos pilotos e um incentivo considerável no desenho de políticas públicas.

Quanto mais forte e articulado o setor da filantropia e do investimento social privado for, melhor será para o país.

A REDE DE ASSOCIADOS DO **GIFE:**

167
Associados em 2023

48%
Institutos e fundações empresariais

20%
Institutos e outras organizações independentes

13%
Empresas

17%
Institutos e fundações familiares

BENEFÍCIOS DE SE ASSOCIAR

- Participar de espaços privilegiados de troca de experiência e reflexão sobre o investimento social privado, como as Redes Temáticas, Redes de Investidores Sociais Locais e Cafés com Soluções;
- Fazer parte de uma associação com legitimidade junto a governos, organizações da sociedade civil, academia e empresas, que pode facilitar a ampliação do capital político de sua organização;
- Participar do Censo GIFE e receber o quadro comparativo do posicionamento da sua organização em relação à totalidade dos respondentes;
- Acesso a instrumentos de melhoria de gestão, como a Pesquisa Organizacional, Painel GIFE de Governança e Painel da Transparência;
- Possibilidade de divulgar seus projetos, atividades, iniciativas, vagas e editais nos canais de comunicação do GIFE: site, *newsletter* redeGIFE e página exclusiva do associado no site do GIFE;
- Receber exemplares gratuitos de publicações do GIFE e de seus parceiros;
- Acesso a valores diferenciados para associados no Congresso GIFE;
- Acesso a valores diferenciados em eventos realizados pelo GIFE e parceiros;
- Contato permanente e acesso privilegiado a conceitos e práticas e com as últimas tendências em investimento social privado;
- Participar de eventos internacionais através de delegações de associados GIFE;
- Possibilidade de pautar temas e iniciativas junto aos investidores;
- Participar de encontros de Networking e Relacionamento entre associados e parceiros GIFE;
- Selo de associado GIFE.

Venha fazer parte de uma articulação nacional de interesse público e por justiça social. **Associe-se ao GIFE!**

GIFE

Sumário

06 FRONTEIRA
Decolonização, o próximo passo para o investimento social

08 AMÉRICA LATINA
Filantropia deve ser mais disruptiva e pensar em impacto de longo prazo

09 FILANTROPIA FAMILIAR
A construção de legados no combate às desigualdades

11 OPINIÃO
Produção de conhecimento e inovação em 20 anos do Censo GIFE

12 GIRO DO SETOR
Principais eventos e ações do setor no segundo semestre

13 FILANTROPIA INDEPENDENTE
Filantropia independente ganha visibilidade

14 REPORTAGEM
O investimento social está pronto para promover equidade racial?

18 FILANTROPIA CORPORATIVA
ASG e os limites das estratégias das empresas para promoção de equidades

20 FORTALECIMENTO DE OSCS
Como o grantmaking pode ajudar no combate às desigualdades sociais

21 FORTALECIMENTO DE OSCS
Filantropia comunitária: mobilização de atores diversos para a transformação

22 OPINIÃO
Venture Philanthropy: um dos caminhos para acelerar soluções de impacto

24 CAPA
Desafiando as estruturas de desigualdades: a filantropia deve ir além

30 POLÍTICAS PÚBLICAS
Filantropia pelo fortalecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes

31 OPINIÃO
Como as avaliações podem contribuir para a redução de desigualdades

32 REPORTAGEM
Resposta para a crise climática está em ouvir os povos indígenas, quilombolas e periféricos

30 FORTALECIMENTO DE OSCS
Desafios para o financiamento da sociedade civil

31 MANIFESTO
Mais do que patrocínio, apoio a um propósito

A revista **redeGIFE** é uma publicação do **GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas**. O GIFE não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos ou conteúdo publicitário ou comercial.

Ano 1. Número 1.
Junho de 2023.
gife.org.br

Expediente

EDIÇÃO Rachel Quintiliano e Natália Passafaro
TEXTOS Mariana Monzani, Rachel Quintiliano e Natália Passafaro
REVISÃO Bianca Nakazato, Luiza Pinheiro
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Marina Castilho
FOTOS Acervo GIFE.
IMPRESSÃO 300 exemplares
EQUIPE GIFE Aline Rosa, Andrea Almeida, Cassio França, Gustavo Bernardino, Juliana Linhares, Leonardo Nunes, Luciana Mikami, Luiza Pinheiro, Natália Passafaro, Pamela Ribeiro, Pamella Canato, Patrícia Kunrath, Rachel Quintiliano, Ricardo Batista, Thais Nascimento, Thais Rodrigues

Maior, mais diverso e conectado com os desafios do país

Uma rede mais ampla, diversa e conectada aos desafios do país são as premissas do GIFE para os próximos anos ao colocar no centro do plano estratégico (2023-2025) temas como o enfrentamento das desigualdades, a decolonização da filantropia e a doação livre e direta para organizações da sociedade civil.

O 12º Congresso GIFE - Desafiando Estruturas de Desigualdades, realizado no mês de abril deste ano, foi a primeira incursão de grande proporção do GIFE, que, em alguma medida, nos possibilitou anunciar o plano para os próximos três anos e fazer um convite contundente para uma rede de aproximadamente 170 associados, parceiros e todo o público do evento – 1.200 pessoas – a atuar com urgência para enfrentar as estruturas de desigualdades.

O Congresso foi uma aprovação ao setor, cujo objetivo central foi fazer com que cada pessoa participante pudesse pensar se está fazendo o suficiente para enfrentar as desigualdades.

A Revista redeGIFE - Especial Congresso busca sistematizar as principais discussões realizadas no evento e aprofundar temas relevantes para a filantropia e o investimento social privado brasileiro e também da região.

A reportagem de capa "Desafiando as estruturas de desigualdades: a filantropia deve ir além", traduz o tema central do Congresso e abre novos caminhos para que o setor possa rever seus processos, buscar atuar de forma mais sistêmica e, de fato, construir projetos, programas, ações perenes de interesse público, por justiça social e que possam enfrentar as desigualdades.

Outros conteúdos apresentam um olhar de vanguarda sobre filantropia familiar, independente, colaborativa, corporativa e também temas finalísticos da agenda pública, como equidade racial, mudanças climáticas, avaliação e negócios de impacto, entre outros.

Todos os conteúdos apresentam visões de diferentes perfis e segmentos da sociedade e também do terceiro setor. Garantir o equilíbrio de gênero, raça e região entre aqueles que contribuíram com falas, entrevistas e artigos, foi fundamental para que narrativas e também soluções diversas possam ser encontradas e disseminadas e estejam conectadas com os desafios do país.

Boa leitura!

Rachel Quintiliano
GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO GIFE

Decolonização, o próximo passo para o investimento social

Para Edgar Villanueva, o investimento social privado deve ser o ator estratégico na luta contra as desigualdades

Representantes de organizações do investimento social privado e da filantropia têm alto potencial para atuar de forma mais ampla e longeva em prol das mudanças necessárias para a sociedade. Uma importante provocação ainda está em suspenso: será que o suficiente está sendo feito para combater as estruturas das desigualdades?

Edgar Villanueva, fundador da Decolonizing Wealth, propõe pensar sobre os efeitos da colonização na filantropia. Ele defende uma guinada rumo ao caminho inverso — a decolonização como essencial para combater as desigualdades.

Restauração do equilíbrio social

Segundo o Censo GIFE 2020, 55% dos conselhos deliberativos das organizações respondentes da pesquisa são compostos apenas por pessoas brancas. O dado mostra que ainda existe um longo caminho para que as pessoas mais afetadas pelas desigualdades ocupem os espaços de decisão.

Para Villanueva, dentro do investimento social privado, o caminho é aplicar uma visão mais ampla, que vá além do assistencialismo, e que considere a decolonização na distribuição de recursos.

"É urgente chamar a atenção para o impacto que as organizações de base geram no Brasil. A filantropia e o investimento social privado precisam reconhecer a importância das periferias no contexto nacional, não apenas como beneficiárias, mas como protagonistas da mudança, consolidando assim um caminho de efetiva transformação social", diz Villanueva.

"A fim de promover a equidade racial, o investimento social privado pode e deve atuar diretamente em linhas de investimento que tenham o combate ao racismo como principal foco. Mas não deve parar por aí"

EDGAR VILLANUEVA

O que é decolonialidade?

Esse conceito é relacionado a um projeto de transgressão histórica da ideia de colonialidade e busca desconstruir e reverter práticas que hierarquizam modos de existência diversas por meio da adoção de relações que reconheçam o outro a partir da sua diferença, autonomia e legitimidade de forma mais simétrica e do fluxo de recursos para grupos e formas de produção e distribuição historicamente colocados em situação de marginalização e/ou minorizadas.

Decolonizar somente é possível se os tomadores de decisão estiverem abertos ao diálogo, estiverem dispostos a revisitar crenças que podem ser limitantes e considerarem, de fato, que diferentes formas de estar no mundo são legítimas e válidas para influenciar os processos e projetos das organizações.

Transversalidade pela justiça socioambiental

No último Fórum Econômico Mundial, em janeiro de 2023, um grupo de empresários milionários se posicionou a favor do fim das desigualdades extremas. Na ocasião, nenhum representante do Brasil fez parte da iniciativa.

De acordo com o documento Global Wealth Report, do banco Credit Suisse, a concentração de riqueza global aumentou durante a pandemia da Covid-19. Só no Brasil, em 2021, a parcela da população que representa o 1% mais rico detinha 49,3% da renda.

Por isso, é importante que o debate sobre concentração de renda comece entre aqueles que detém a riqueza do mundo. Para Villanueva, se há o interesse em desafiar desigualdades, a filantropia precisa mudar essas estatísticas. "Precisamos empoderar comunidades, para que elas influenciem a construção de políticas públicas. Esse movimento, ainda que pequeno, pode significar uma mudança necessária nas estruturas do investimento social privado."

Nesse sentido, o investimento social privado e a filantropia não devem substituir o poder público. As duas frentes devem atuar em conjunto. Dados do IBGE mostram que, entre 2020 e 2021, 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza. O cenário exige que as respostas venham de forma conjunta e transversal.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, destacou que a superação da miséria só será possível com a ação conjunta entre filantropia e governo.

"Com 33 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema, o Brasil fica em uma situação degradante em relação aos direitos humanos desses povos"

MARINA SILVA

Para superar as desigualdades, é necessário abandonar a ideia de que apenas as lideranças da filantropia tradicional têm as soluções.

"Ao compreender que o fundamento da filantropia está no acúmulo injusto de riqueza, tais lideranças precisam mudar seus processos de tomada de decisão", finaliza Villanueva.

Filantropia deve ser mais disruptiva e pensar em impacto de longo prazo

Financiamento privado exige mais nitidez de causas e apoio a projetos que promovam a transformação na base social

Diante de crises de ordem econômica, social e ambiental, a filantropia pode – e precisa – fazer mais. Ter a filantropia voltada ao combate de problemas estruturais, e não somente a questões pontuais, é uma das alternativas que se apresenta principalmente para regiões desiguais, como é o caso da América Latina.

O setor da filantropia deve ser disruptivo.", analisa Gracia Goya, vice-presidente da Hispanics in Philanthropy. Para ela, além dos fundos de financiamento, os novos desafios exigem a transferência de poder a organizações da sociedade civil. "Os doadores têm que ouvir o que quem atua na base tem como propostas e fortalecê-los", diz Mônica de Roure, vice-presidente da de relações institucionais da Brazil Fundation.

Mudanças sistêmicas

Essa visão está em sintonia com as tendências globais do setor filantrópico. Recentemente, a Latimpacto, comunidade de provedores de capital, lançou um relatório que traz o conceito de *Venture Philanthropy*. Trata-se de um modelo de filantropia que prioriza o impacto social e ambiental a longo prazo sobre o retorno financeiro. Ele busca uma sustentabilidade financeira ao mesmo tempo em que mira em mudanças sistêmicas.

Preocupações desse tipo mostram-se importantes em contextos como o do Brasil, que tem dezenas de milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e que viu aumentar o número de pessoas em insegurança alimentar durante a pandemia de Covid-19.

Por mais integração da filantropia na América Latina

A expansão da filantropia pode ser encarada em um contexto internacional. Cassio França, secretário-geral do GIFE, defende uma integração maior do setor dentro da América Latina. Mesmo a região tendo as suas especificidades sociais, culturais e econômicas, ela ainda encontra infelizes coincidências, como a desigualdade e recentes ameaças às suas democracias. "Uma democracia forte requer uma sociedade civil empoderada e autônoma. O olhar das organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais é insubstituível e fundamental para enriquecer o debate público", afirma França.

Para Javier García Moritán, diretor-executivo no Grupo de Fundações e Empresas (GDFE), outro obstáculo para a proliferação de um ambiente mais colaborativo são as divisões sociais. Em um contexto polarizado dominado pela individualidade, ele acredita que ações filantrópicas encontram um entrave. "Não há renda sem sustentabilidade. Precisamos contribuir com o bem comum."

A construção de legados no combate às desigualdades

O papel da filantropia é construir pontes para que todos trabalhem juntos, não substituir ações do governo e investimentos empresariais

Famílias que estruturam institutos e fundações, em geral, buscam propagar valores e deixar seus legados. Neste sentido, a filantropia familiar atua em diversas frentes: do financiamento à sociedade civil organizada àqueles que operam seus próprios projetos.

Beatriz Bracher, fundadora do Instituto Galo da Manhã, reforçou que os investimentos devem priorizar organizações que contribuam com incidências políticas efetivas: "Discutir objetivos, como alcançá-los, quem atingir, quais os critérios de seleção. Esse é o tipo de conversa que toda instituição de filantropia deve ter.

Construção de legados

Ações de mobilização e financiamento social podem começar de forma individual. O engajamento comunitário muitas vezes começa pela criação de legados de lideranças que fortalecem suas comunidades e ecossistema. Como exemplo, Bianca Santana, diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro, fala sobre o trabalho que sua avó fazia em uma horta comunitária, além da distribuição de cestas básicas para vizinhos: "ali já era, também, filantropia."

Já na visão de políticas financeiras, um movimento defende a "transformação tributária para o crescimento regenerativo". Para Luciano Cerqueira, coordenador de projetos da Samambaia.org, mudanças no Imposto de Renda e em outros impostos, como sobre consumo, taxação de grandes fortunas e de heranças, podem ajudar a União na arrecadação para construção de políticas públicas. "Se o governo arrecada mais, o Brasil consegue obter um crescimento econômico sustentável e, assim, é possível combater a desigualdade. Não adianta ir para o combate sem recursos."

Para Cerqueira, o papel da filantropia é construir pontes para que todos trabalhem juntos. "Não é só por falta de recursos, mas porque acredito que trabalhar em parceria é sempre mais produtivo. A sociedade é muito complexa e dinâmica, não dá para perder oportunidades de fazer a diferença. E a filantropia familiar tem esse poder, junto com outras ações, com outros atores. Ela não substitui ações do governo, investimento empresarial, ela complementa".

O que são Institutos, Fundações e Fundos Filantrópicos Familiares?

São organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas por uma família ou um indivíduo que também se envolve na sua governança e/ou gestão. Nem sempre todos esses fatores precisam existir simultaneamente, mas, na maioria dos casos, a maior parte deles está presente.

84% dos Institutos, Fundações e Fundos Filantrópicos Familiares foram criados a partir dos anos 2000, sendo que quase metade (46%) deles surgiu após 2010, o que confirma a percepção de crescimento dessas organizações no campo do investimento social privado na última década.

"Estamos acostumados a colocar a filantropia só no lugar do privilégio, mas é importante também pensar nela como uma construção coletiva"

INÊS MINDLIN LAFER

BPM 2023
BLACK PHILANTHROPY MONTH™

PARTICIPE DO MÊS
DA FILANTROPIA NEGRA 2023

LOVE IN ACTION: CULTIVANDO O AMOR COMO FERRAMENTA DE LIBERDADE E AÇÃO SOCIAL

Realizado no Brasil desde 2021, o Mês da Filantropia Negra (Black Philanthropy Month – BPM), tem como objetivo iluminar a prática filantrópica de pessoas negras e a importância da equidade racial no investimento social.

17 milhões *de pessoas engajadas em iniciativas ao redor do mundo, em mais de* ***40 países****.*

As edições de 2020 e 2021, contaram com mais de ***1.500 participantes de 30 países*** *ao longo de todo o mês, além do engajamento de mais de* ***1 milhão de pessoas via mídias sociais****.*

Em 2023 o tema será ***"Love in action"****, inspirado nas obras da escritora e ativista bell hooks. No contexto da filantropia negra, destaca-se o poder do amor próprio negro como um ato que promove direitos humanos, impulsionando a justiça racial, social, econômica, de gênero e ambiental para as comunidades negras em todo o mundo.*

RESERVE A AGENDA E PARTICIPE!
3 DE AGOSTO, EM SÃO PAULO (SP)

The WISE FUND™ WOMEN INVESTED TO SAVE EARTH

GIFE

Produção de conhecimento e inovação em 20 anos do Censo GIFE

Patricia Kunrath Silva, Isabel Pato
e Jair Mendes Junior*

O conhecimento é, inúmeras vezes, rotulado como sinônimo de poder. Mas de que isso vale se não for cocriado, compartilhado, traduzido e disponibilizado para diferentes públicos interessados? Se não for passível de ser aplicado para a redução das desigualdades sociais e desenvolvimento de sociedades socioambientalmente mais justas? Então, o que estamos fazendo?

Essas são algumas das inquietações por trás do processo de busca contínua por melhorias ao longo das 10 edições já realizadas do Censo GIFE, mas que se fortalece e busca espaço para se expressar na 11ª edição 2022-2023. O Censo GIFE mobiliza uma equipe estendida de consultores, parceiros, pesquisadores, profissionais do campo e produtores de saberes cada vez mais diversos. Mobiliza também todos os associados da rede GIFE, nossos interlocutores que fazem a pesquisa de fato acontecer.

Entender que esses interlocutores, na sua diversidade e pluralidade, são os detentores de informações que, somados, produzem esse conhecimento, nos torna mais atentos a quem está performando diariamente para fazer as organizações funcionarem. Por isso, acreditamos que o cuidado com o público respondente de uma pesquisa é fundamental e é preciso ouvi-lo e trabalhar para melhorar sua experiência.

Nesse sentido, o GIFE desenvolveu uma plataforma robusta de coleta de dados – já usada nas duas últimas edições e aperfeiçoada constantemente –, que integrou sistemas e reduziu o questionário. A força dessa pesquisa está na fotografia e análise que traz da diversidade de práticas do investimento social privado, para que ele possa ser embasado pelos dados e atuar de forma cada vez mais transformadora e sistemática, combatendo, de fato, as desigualdades no nosso país.

As edições mais recentes do Censo GIFE indicam, por exemplo, que houve um discreto aumento na diversidade racial e de gênero na composição do conselho das organizações respondentes. Contudo, segundo a 10ª edição, o percentual de mulheres e pessoas pretas e pardas no conselho ainda é pouco representativo (32%, 13% e 23%, respectivamente). Além disso, apenas 9% e 19% das organizações respondentes afirmam que possuem políticas de diversidade raciais e de gênero no conselho, respectivamente. Conectar dados com percepções já existentes no campo reforçam a necessidade de discussões e contribuem na criação de metas para que mudanças sociais possam acontecer.

Nesta 11ª edição do Censo, buscou-se respeitar a série histórica de uma trajetória de 20 anos de pesquisa e, também, trazer inovações metodológicas para fornecer um panorama mais qualificado para o campo da filantropia e do investimento social. O Censo se debruça sobre diversos pontos da prática complexa que é o investimento social privado e a filantropia no Brasil. Traz, ainda, dados e evidências que podem ajudar o campo social e o ISP (Investimento Social Privado) a combaterem as desigualdades e a olharem para suas estruturas, formatos e estratégias de atuação, perguntando se está sendo capaz de responder a tamanhos desafios que enfrentamos. O conhecimento reunido neste levantamento é construído a muitas mãos e mentes, que colaboram nas mais diversas etapas da pesquisa, trazendo um panorama da atuação do setor no país.

Ao final deste ano, será lançado o relatório com os dados do Censo GIFE 2022-2023, a primeira edição no contexto pós-pandêmico. Fica a curiosidade e os questionamentos sobre o quanto avançamos enquanto setor após os aprendizados do contexto da crise emergencial e em que pontos precisamos evoluir para seguir trabalhando de forma cada vez mais assertiva na produção de bem público.

Coordenadora de Conhecimento no GIFE, gerente e analista de projetos na ponteAponte, respectivamente

Principais eventos e ações do setor no segundo semestre

JULHO

03 A 04/07
Festival ABCR 2023
festivalabcr.org.br

17 A 19/07
United Philanthropy Forum Annual Conference 2023
unitedphilforum.org/events/2023-forum-annual-conference

AGOSTO

(DURANTE TODO O MÊS)
Mês da Filantropia Negra – Brasil

27 A 30/08
Conferência Latimpacto - Impact Minds: Standing Together
impactminds.com.br/pt

SETEMBRO

(DURANTE TODO O MÊS)
Filantropia que transforma: Mês da filantropia comunitária e de justiça socioambiental
redecomua.org.br

14/09
Fórum Brasileiro de Filantropos e Investidores Sociais
idis.org.br/forum

18 OU 25/09 (A DEFINIR)
Prêmio Folha Empreendedor Social do Ano 2023 - Cerimônia de premiação
premiofolha2023.prosas.com.br

26 A 28/09
CLIIQ NEXUS Latam
cliiq.org

OUTUBRO

03 A 05/10
WINGS Forum 2023
members.wingsweb.org/events/40456

09 A 11/10
ISTR - Latin America and the Caribbean Regional Conference
premiofolha2023.prosas.com.br

16 A 19/10
CHANGE Philanthropy 2023 Unity Summit
changeunitysummit.info

17 A 19/10
Global Philanthropy Forum 2023
philanthropyforum.org/conference/overview

17 A 20/10
IFC - International Fundraising Congress 2023
hopin.com/events/ifc-2023

18 A 20/10
EDGE Funders Annual Conference 2023
edgefunders.org/2023-annual-conference/

19 A 20/10
Trust Conference 2023
event.trustconference.com/event/7fd73801-77ad-4c92-a091-6df31d1e07e0/summary

NOVEMBRO

28/11
Dia de Doar 2023
diadedoar.org.br

Acompanhe outras atividades em:
gife.org.br/agenda

Filantropia independente ganha visibilidade

Instituições independentes representam mais de 20% dos associados do GIFE.

O investimento social privado e a filantropia brasileira são diversos e um dos indicadores é o crescimento dos valores investidos pelos Fundos Independentes, que têm como principal característica captar e aplicar recursos em outras organizações da sociedade.

De acordo com dados do Censo GIFE 2020, o total aplicado em Fundos Independentes atingiu R$410 milhões, um aumento considerável em relação ao Censo de 2018, quando os investimentos chegaram a R$295,17 milhões.

Graciela Hopstein, coordenadora da Rede Comuá, explica que estes fundos também se caracterizam por uma estrutura de governança independente. Ou seja, a independência também está ligada ao poder de tomada de decisão sobre o trabalho, em vez de uma empresa ou família. Em contrapartida, não há recurso garantido.

"Muitas vezes nos percebem como meros prestadores de serviços, não entendendo que é uma parceria entre financiador, fundo independente e movimento social"

HARLEY HENRIQUES

Letícia Born é gerente de programas da Co-Impact na América Latina, e acredita que o Brasil deveria ter cada vez mais fundos independentes, para que seja possível apoiar o fortalecimento da sociedade civil "num contexto de redução do espaço cívico e de erosão da democracia". Isso porque, defende, conseguem chegar em coletivos que representam as populações que precisam estar no centro das decisões de políticas públicas, já que são as mais afetadas pela desigualdade da sua implementação. Ela atribui o aumento do investimento nesses fundos à uma maior consciência dos filantropos brasileiros, embora os aportes internacionais ainda sejam maiores.

Atualmente, a rede de associados do GIFE agrega 166 organizações. Instituições independentes representam 20,4%; empresas 13,2%, os Institutos e fundos empresariais, 48,1% e os familiares 17,4%.

A sustentabilidade é o maior desafio

Entre os desafios colocados para esse modelo de filantropia está a sustentabilidade financeira e a relação com financiadores, aponta Harley Henriques, diretor-executivo do Fundo Positivo. "Muitas vezes nos percebem como meros prestadores de serviços, não entendendo que é uma parceria entre financiador, fundo independente e movimento social."

Outros dois elementos que materializam os obstáculos dos fundos independentes são as fontes de recursos e as agendas de interesse dessas organizações. Especialistas indicam que a principal fonte de receita de fundos independentes é a filantropia internacional e a agenda desses fundos pelo acesso a direitos de gênero, raciais e socioambientais, ainda são enxergadas como pautas sensíveis e em alguma medida incômodas, afastando assim, a mobilização de recursos.

Para Amália Fischer, diretora-geral do ELAS+ Doar para Transformar, um dos desafios é a procura de empresas e institutos que reconhecem a importância do vínculo dos fundos com os coletivos que conhecem os territórios. "É um perigo muito grande que as empresas comecem a ver os fundos como atravessadores. Porque os fundos não ficam com grandes quantidades de recursos como faz um atravessador, eles ficam com o necessário para sustentar as operações, mas a maior parte dos recursos vai para as doações."

O investimento social está pronto para promover equidade racial?

Dados do Censo GIFE 2020 mostram que apenas 5% dos recursos são destinados para iniciativas que trabalham diretamente com a pauta racial

Embora a Constituição Federal de 1988 declare a promoção do bem de todos como um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, é inegável que o país possui estruturas que perpetuam a desigualdade racial. A história do Brasil é marcada pela expropriação da força de trabalho e da inteligência da população negra, o que resultou em privilégios a pessoas brancas e na desqualificação da cultura negra.

Governos, empresas e organizações da sociedade civil têm responsabilidade na busca da equidade racial em nosso país. As políticas públicas, a contratação de profissionais negros e ações de conscientização são algumas das medidas que devem ser tomadas. As organizações da sociedade civil também devem compor equipes mais diversas e incluir ações que levem em conta essas desigualdades.

O primeiro passo a ser dado é reconhecer o racismo como estrutural em nossa sociedade. Mas cabe o questionamento: o investimento social privado (ISP) está pronto para as transformações necessárias desse processo?

Para Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial, o ISP tem papel fundamental no combate ao racismo. "Se não tiver um combinado de políticas públicas eficazes e a garantia que a sociedade civil abra as portas para organizações da periferia, o Brasil não consegue avançar nessas questões. Quanto mais conseguirmos compartilhar e garantir acessos, mais o país tem possibilidade de prosperar."

Mesmo com o espaço conquistado na última década, o antirracismo ainda não é prioridade na alocação de recursos do investimento social privado. Dados do Censo GIFE 2020 mostram que apenas 5% dos recursos são destinados para iniciativas que trabalham diretamente com a pauta racial. O levantamento também mostrou que 55% dos conselhos deliberativos são compostos exclusivamente por pessoas brancas.

De acordo com Giovanni Harvey, diretor-executivo no Fundo Baobá para a Equidade Racial, essas estruturas impedem que o investimento privado tenha critérios transparentes em relação à alocação dos recursos. "É preciso enfrentar o racismo dentro das instituições que fazem parte do ISP para produzir ações efetivas contra as desigualdades raciais na sociedade", afirma.

"A gente tem ainda no Brasil segmentos da sociedade que trabalham em cima da desgraça, apenas. Que simplesmente colocam para rodar programas sociais que não discutem as origens das desigualdades. Vemos a hegemonia de um pensamento que é possível prosperar nesse universo de desigualdade que vivemos hoje. Mas não. Nós estamos falando sobre a organização popular que luta para mudar as estruturas e que tem na luta por política pública e por ocupação dos espaços de poder a missão de colocar gente nossa para mudar a realidade do nosso povo"

DOUGLAS BELCHIOR

Quanto o ISP pode investir no movimento negro?

Historicamente, o movimento negro esteve à frente na luta por direitos humanos e pautou mudanças estruturais na sociedade. No entanto, a falta de recursos para iniciativas que têm o combate ao racismo como principal pauta dificultou a construção de criação de políticas efetivas para o combate à desigualdade racial.

Durante a pandemia, organizações lideradas por pessoas negras mostraram, mais uma vez, a capacidade de organização na luta pela garantia de sobrevivência para a parcela mais vulnerável da população.

O surgimento do movimento "Black Lives Matter" (Vidas Negras Importam) nos EUA, por exemplo, levou a filantropia americana a fazer mais investimentos no movimento negro e na agenda racial. Em contato com representantes de organizações americanas, Douglas Belchior, um dos fundadores da Uneafro, viu a preocupação com o futuro. "A impressão que ficou foi de que 'a onda está passando'. Eles já não recebem mais tantos recursos e a agenda não é mais tão forte como há quatro anos. Mas e aqui no Brasil? Também estamos vivendo uma onda ou esse tipo de investimento veio para ficar? O quanto a gente pode pensar na agenda a longo prazo?

Para Ricardo Henriques, superintendente-executivo do Instituto Unibanco, ainda há muito para se fazer. "Me parece que, se não caminharmos nessa direção, o risco é de que essa sensibilidade que não implicou atores e instituições, seja apenas um momento da nossa história, seja uma onda, mas não contribua fortemente para uma reconfiguração do arranjo social como um todo. Está mais do que na hora da gente enfrentar nosso racismo e produzir transformações dentro das instituições, dentro da agenda programática para a sociedade como um todo. E vou além. É necessário que reconheçam, mas, mais do que isso, intencionalmente, incidam sobre transformações de médio e longo prazo."

Desafios do investimento social

Quando se olha para o investimento social privado, de acordo com Henriques, não dá para acreditar que ele, por si só, resolva o desafio público. "Isso seria no mínimo ingênuo. [Os desafios] solicitam e requerem um arranjo da sociedade intenso com implicações de política pública em larga escala, que sejam efetivas para reduzir desigualdades. No entanto, o investimento social privado faz parte do espaço público que é capaz de produzir transformações."

Mas uma questão é chave para além do letramento inicial. "Qual é a intencionalidade do investimento social privado de se engajar em uma transformação estrutural da sociedade? Há passos importantes, mas não necessariamente traz para si a capacidade de reconfigurar essas agendas", defende Henriques.

Por isso é importante separar a motivação da atuação filantrópica em relação ao tema da equidade racial. "É fundamental que seja sabido se essa intencionalidade se dá porque é uma causa, porque é um tema ou porque é um público. Porque, de uma forma geral, há uma certa confusão entre esses conceitos. E eu posso exemplificar: atender pessoas negras não é, necessariamente, enfrentar o racismo. Há uma confusão entre público e causa. O atendimento das pessoas negras pode, inclusive, ser um instrumento de manutenção da subalternidade. Isso não desqualifica o que cada uma de nossas instituições faz em relação ao tema, mas é preciso que elas digam qual é o propósito. A transformação vai se dar pelo reconhecimento de que a força motriz dessa transformação é o movimento social negro. E nós temos, como instituições filantrópicas, a responsabilidade com critérios para alocação dos recursos", afirma Giovanny Harvey.

Enfrentamento das desigualdades e luta por direitos

É urgente a necessidade de se construir uma filantropia antirracista. "Quando eu penso em responder essa pergunta sobre como esse setor pode ajudar nas articulações de movimentos sociais, não podemos falar sobre um trabalho social disperso, temos que falar sobre o trabalho que organiza as pessoas para a luta por direitos, para mudar a realidade de territórios e famílias, para lutar por políticas públicas. Para que, dessa forma, em um futuro breve, aquele trabalho perca o motivo de existir", diz Douglas Belchior.

Potencial de captação e políticas públicas

Para além da centralidade da agenda, há diversas questões que impactam diretamente nesses temas. Uma delas é a falta de recursos, que tem origem em outro processo excludente: o de acesso à educação formal e à qualificação profissional. Por isso, as ações afirmativas e políticas de inclusão sociorraciais assumem um papel tão importante frente ao combate às desigualdades. A política de cotas é um exemplo de política pública que, a médio prazo, permitiu a mobilidade social de uma parcela da população que sempre teve acesso negado aos espaços de poder.

"Será que eu sou racista"?

Para construir uma sociedade mais justa e equânime, as organizações do Investimento Social Privado precisam se olhar no espelho e fazer algumas perguntas difíceis, mas que devem ser respondidas com sinceridade. "Na minha empresa eu vejo pessoas parecidas comigo? Qual a cor do time de campo? A cor muda do time de campo para o time administrativo? Será que eu sou racista?". Essa lista foi criada por Keilla Martins, coordenadora no programa Respeito Dá o Tom, da Aegea Saneamento.

Para ela, diversidade deve ser vista como uma oportunidade de evolução para a empresa, e não uma meta a ser cumprida. Realizar um exame honesto sobre a realidade da cultura da organização, avaliando as motivações e o compromisso com um time diversificado, é uma das recomendações da *Change Philanthropy*. Em seu mais recente estudo *Diversity Among Philanthropic Professionals Report* (em tradução direta: "Relatório de diversidade entre profissionais de filantropia"), divulgado em 2020, a organização norte-americana divulgou dados de esferas como raça, gênero, pessoas com deficiência e também orientação sexual.

"A política diz que a gente precisa mudar para caber dentro dela. Mas tenho tentado mostrar todos os dias que a política que tem que mudar para nos receber"

ANIELLE FRANCO

De acordo com a segunda edição da Pesquisa Benchmarking: Panorama das Estratégias de Diversidade no Brasil 2022 e tendências para 2023, divulgada pela revista Exame, a pauta ganha cada vez mais relevância no mundo corporativo. O estudo aponta que 81% das empresas afirmam destinar recursos específicos para ações de diversidade e inclusão – um aumento significativo em relação a 2020, quando o número era apenas 67%.

"O debate da diversidade racial tem de migrar do plano transversal para o plano estratégico. O antirracismo está em todas as dimensões da justiça social"

DANIEL TEIXEIRA

Nesse sentido, garantir a equidade em todos os patamares, considerando a possibilidade de serem abertos processos seletivos específicos foi outra estratégia sugerida. A própria composição da banca avaliadora tem que ser diversa. "Não faz sentido ter apenas homens brancos entrevistando candidatos negros, por exemplo. Para vagas em que há negros, obrigatoriamente devem estar presentes decisores negros", afirma Camila Asano, diretora-executiva na Conectas Direitos Humanos.

Mais avaliações e menos desigualdades

Em busca de novas soluções, o GIFE e a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) elaboraram o *e-book* Mais Avaliações e Menos Desigualdades. O documento, que pode ser acessado de forma gratuita, oferece uma perspectiva transversal em torno das temáticas de avaliação, equidade e redução das desigualdades.

Sua metodologia busca ser democrática, transparente, intercultural, interidentitária e interdisciplinar. Wesley Matheus, coordenador do documento, explicou que a proposta era construir um método "transversal, de modo a enxergar multiplicidade de impactos, danos e efeitos dos projetos objetos de análise."

Além do esforço conjunto e da inclusão de novas perspectivas, é preciso também superar o medo do surgimento de dados negativos, segundo Wesley. "Percebo que há um medo da avaliação, desta mensuração trazer dados que não são exatamente os idealizados pelos projetos", disse, orientando que o medo seja transformado em aprendizado. "Avaliações não são realizadas para punir, mas sim para redirecionar ações, a fim de chegar ao objetivo que tanto queremos: gerar impactos sociais positivos."

ASG e os limites das estratégias das empresas para promoção de equidades

Pandemia de Covid-19 acelerou agenda ASG que ganhou destaque em empresas e na imprensa

A sustentabilidade é um conceito amplo que abrange não apenas a preservação do meio ambiente, mas também o respeito aos direitos humanos, a promoção da justiça social e a adoção de boas práticas de governança pelas empresas. Esses aspectos são representados pela sigla ASG (Ambiental, Social e Governança, em português) e estão se tornando cada vez mais relevantes no cenário corporativo. No entanto, a inclusão da equidade como um valor essencial para o desenvolvimento sustentável ainda enfrenta desafios.

Segundo Patrícia Loyola, da organização Comunitas, a maior parte dos recursos aportados no campo do Investimento Social Privado (ISP) tem origem corporativa. "Quando a gente olha para a parcela de aportes de entidades filantrópicas empresariais, vemos que são maioria. Elas representam hoje cerca de 65% dos associados do GIFE e destinaram R$ 4,5 bilhões em recursos. Porém, esse meio ainda está distante em adotar a promoção de equidades em seus processos."

Falta de apetite

Ainda que o aporte de recursos do ISP tenha aumentado, ele ainda é insuficiente. Marisa Santana, gerente de Impacto Social em ESG no Instituto Nu, apontou que isso é um dos principais limitadores. "O setor empresarial ainda não tem o apetite para destinar recursos para projetos de impacto social. E, se esse recurso é limitado, as estratégias para superar desigualdades também serão."

Para Marisa, é preciso pensar a partir de outras perspectivas. "Se você não conhece o público a ser impactado, como quer promover equidade? Se você não vai até lá, você precisa construir pontes para quem está na ponta."

S de Social

De acordo com o Censo GIFE, em 2020, o setor do ISP destinou R$ 5,3 bilhões para projetos de impacto público social. Contudo, menos de 10% desse valor foram destinados para projetos que trabalham diretamente com recortes de diversidade, como raça, gênero, orientação sexual e pessoas com deficiência.

Mas o tema ASG tomou as pautas das empresas e da imprensa e foi acelerado pela pandemia da Covid-19. "É bonito, é interessante, está nos propósitos. Mas, mais do que isso, o ASG impacta economicamente a empresa. E quando olhamos para o recorte do 'S', de social, é um 's' enorme, porque dentro dele estão os funcionários das empresas, está a diversidade e inclusão, estão questões de saúde e segurança, está a cadeia de fornecedores e está no social do entorno, então temos que baixar os muros e dialogar com os territórios. É uma oportunidade do ISP pautar, discutir e dialogar com as lideranças para que o ASG faça parte das discussões estratégicas do negócio e promova, de fato, a equidade", afirma Herik Marques, diretor-superintendente da Fundação ArcelorMittal.

Fábio Alperowitch, fundador da FAMA Investimentos, complementa: "Questões como o racismo e a crise climática são urgentes. E o meio empresarial concorda, os recursos precisam aparecer. Caso contrário, não é ASG, é marketing."

> *"Todos sabemos que a desigualdade no Brasil tem cor, sotaque e CEP. E como eu penso em promover equidade, se eu não tenho noção do público que precisa ser impactado?"*
>
> **MARISA SANTANA**

Assine a *newsletter* **redeGIFE** e acompanhe, semanalmente, as principais notícias do terceiro setor, da filantropia e do investimento social privado.

- **Edição semanal**, sempre às segundas-feiras com reportagens, notícias, eventos, editais, vagas e curadoria de conteúdos
- **Edição mensal com especial** sobre um tema de interesse do setor
- Podcasts e infográficos
- Vozes e narrativas diversas de pessoas que atuam no ecossistema da filantropia, no investimento social privado, no terceiro setor, na administração pública, privada e também no Legislativo e Judiciário
- Conteúdo dinâmico e de fácil acesso

Assine o redeGIFE!
bit.ly/assineredegife

GIFE

Como o *grantmaking* pode ajudar no combate às desigualdades sociais

As estratégias de atuação são complementares, podem alavancar iniciativas em todo o país e provocar mudanças reais na sociedade

Conhecido por ser uma estratégia de atuação do investimento social privado, o *grantmaking* vem sendo adotado por organizações em nível global e consiste no repasse de recursos financeiros – de forma direta e estruturada – para organizações ou iniciativas do interesse público. Mas nem toda doação dessa natureza necessariamente contribui para a redução de desigualdades e, por isso, a prática ainda enfrenta diversos desafios no Brasil.

Para Raull Santiago, fundador da Iniciativa PIPA e Faísca Incentivos Plurais, admitir o pouco conhecimento a respeito das desigualdades sociais no Brasil é um bom começo.

"Temos que admitir e falar sobre esses 'não-saberes' para podermos pensar em algo que realmente construa algo novo. Além disso, é preciso lembrar que estamos tratando de transformar a sociedade de um país que está atrás há muito tempo. É imprescindível abrir essas estruturas para semear mudanças reais"

RAULL SANTIAGO

Quando se fala em estratégias eficientes de *grantmaking*, é necessário observar fatores ligados a como se doa e o que se produz a partir dessa doação. "A ausência de protagonismo de quem doa o recurso financeiro é um ponto de partida. Não é só transferência de recurso financeiro, mas de poder e responsabilidades", afirma Rodrigo Pipponzi, presidente do conselho do Grupo MOL e do Instituto ACP.

Como a mentalidade da filantropia pode evoluir?

O *grantmaking*, segundo Carola Matarazzo, diretora-executiva no Movimento Bem Maior, é muito importante para a construção de um novo pacto social. "Porque a gente precisa reconhecer um *déficit*, precisa estudar o que está acontecendo no cenário brasileiro e mundial para poder entender para onde esse recurso que é pequeno, por maior que seja, vai poder realmente causar transformação social."

Para Diane Pereira Sousa, presidenta do Instituto da Baixada, "é necessário haver o decréscimo na estrutura de poder – de quem decide – para que alguém cresça em outro lugar".

Carola complementa: "Os institutos, as fundações, os detentores do dinheiro que será feita a filantropia, estão, na sua maioria, na Faria Lima, no ar-condicionado, tomando decisões em cima de planilhas, de dados ou de um discurso de uma organização. Com todo o respeito, se não tiver um time engajado, com escuta ativa e que resolva fazer de uma forma diferente, a gente vai poder contribuir pouco para a diminuição da desigualdade. Qual é o país que a gente quer ter em cinco, 10, 15 ou 50 anos? E, com esse olhar de filantropia estratégica, buscar novas formas de fazer com que isso possa ajudar a transformação do país", afirma.

"O maior papel do grantmaking hoje é a ampliação de consciência dos detentores de riqueza e capital, na ampliação de consciência da realidade, do contexto que estamos inseridos, para aproximar as realidades. São realidades muito distantes"

CAROLA MATARAZZO

Filantropia comunitária: mobilização de atores diversos para a transformação

"É necessário reconhecer o poder que as comunidades têm de impor agendas, formas de atuação e de criarem as próprias soluções para suas especificidades", afirma Graciela Hopstein

O propósito da filantropia comunitária, estratégia de resistência que vem sendo praticada há dois séculos no Brasil, é desenvolver comunidades e solucionar vulnerabilidades a partir de uma visão única de prioridades, soluções e por meio de recursos e potencialidades locais.

"É importante identificarmos as pautas prioritárias a partir das demandas de cada território, buscando dar protagonismo a quem está na ponta e a minorias políticas", explica Harley Henriques, do Fundo Positivo.

Harley destaca que são muitos os desafios e que só trabalhando horizontalmente será possível quebrar as estruturas de desigualdade. "A filantropia que fazemos não é de ninguém em específico. É coletiva. É importante identificar que o protagonismo está naqueles que estão no campo. No Fundo Positivo, toda a equipe é composta por pessoas LGBTQIA+. Damos espaços de representatividade e poder a essas pessoas. É preciso garantir visibilidade", diz.

Para Graciela Hopstein, diretora-executiva na Rede Comuá, é necessário entender o papel que a filantropia ocupa no processo de transformação, e na atuação com outros atores. "A filantropia comunitária acredita no poder das comunidades, das organizações da sociedade civil para buscar soluções próprias para seus problemas. Porque a filantropia não vem salvar nada, ela vem para contribuir com um processo já existente, ela é a resposta que as comunidades têm de se auto-organizar."

Poder e direitos

Outra questão central, segundo Graciela, é a desigualdade vinculada ao acesso a direitos. "Sem direitos não temos absolutamente nada. São os direitos a chave de acesso para o combate a qualquer desigualdade. Nós podemos ter políticas incríveis de distribuição de renda, mas, sem direitos, elas vão morrer na praia."

E quando se discute o papel da filantropia comunitária em gerar soluções, o poder passa a ser central. "É necessário reconhecer o poder que as comunidades têm de impor agendas e formas de atuação, e de criarem suas próprias soluções para suas especificidades", completa Graciela.

Venture Philanthropy: um dos caminhos para acelerar soluções de impacto

Atualmente, são inúmeros os desafios do investimento social global e os problemas socioambientais, liderados pelas desigualdades sociais e mudanças climáticas, são graves, diversos e complexos

Greta Salvi*

As instituições públicas não têm capacidade, sozinhas, de resolver todos os problemas e, historicamente, o setor privado realiza ações de investimento social ainda insuficientes. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) diz que ainda são necessários de 2,5 a 3 trilhões de dólares anuais até 2030 para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Ao mesmo tempo, estima-se que, no âmbito global, a filantropia possui uma média de 1,5 trilhões de dólares por ano, enquanto o mercado de investimento tradicional possui 103 trilhões anuais. Mas como mudar esse cenário, multiplicar recursos e acelerar as soluções que tanto necessitamos?

Sensibilizar novos atores e facilitar a mobilização de mais capital para impacto é o propósito da Latimpacto. Acreditamos que é possível multiplicar recursos usando diferentes ferramentas e metodologias de investimento social. Uma dessas possibilidades é a Venture Philanthropy (VP): uma abordagem que prioriza o impacto social e ambiental e está posicionada entre a filantropia tradicional e o investimento de impacto, já que visa gerar mudanças sistêmicas e adota práticas do setor financeiro para provocar essas mudanças. Trata-se de uma abordagem que desempenha um papel importante no fortalecimento de organizações, com o objetivo de catalisar soluções inovadoras para problemas socioambientais, assumindo riscos que nenhum outro ator está disposto a assumir, incorporando três pilares essenciais: apoio não financeiro, financiamento personalizado e gestão e medição de impacto.

A principal mensagem é que a VP é uma lógica que coloca o empreendedor social no centro da decisão, que entende com ele suas reais necessidades e desafios e coloca a serviço recursos humanos e intelectuais para além do financiamento, com a intenção de fortalecer a organização e apoiá-la a alcançar sua sustentabilidade. É uma lógica que estimula a inovação social e tem alto potencial de alavancar recursos. E precisamos de mais financiadores dispostos a assumir esses riscos.

A ideia não é disputar recursos da filantropia voltados para projetos e organizações sociais. A proposta é atrair outros investidores com modelos inovadores de financiamento e gestão, além de multiplicar os recursos tão necessários para acelerarmos as soluções para uma sociedade mais justa e um planeta mais sustentável.

*Diretora do Brasil da Latimpacto

Auditório principal do 12º Congresso GIFE, no Memorial da América Latina, em São Paulo (SP)

Desafiando as estruturas de desigualdades: a filantropia deve ir além

O investimento social privado e a filantropia podem ter atuação mais direta na construção de uma sociedade mais equânime, justa e sustentável. Lideranças que estiveram no 12º Congresso GIFE apontam caminhos e potenciais

A filantropia e o Investimento Social Privado (ISP) movimentam anualmente cerca de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Um valor baixo se comparado com outros países referências no tema, como os Estados Unidos, onde essa porcentagem sobe para 2%. O histórico estadunidense de incentivo governamental para que entidades privadas e pessoas físicas contribuam com a sociedade estabeleceu uma cultura da doação. Por aqui, ao contrário, a nossa política tributária inibe a prática, taxando da mesma forma uma venda e uma doação.

Para além do cenário de doações, os últimos anos foram marcados por intensos acontecimentos nos contextos brasileiro e mundial, incluindo, entre muitos outros aspectos, mudanças governamentais, retrocessos em políticas públicas, crises políticas e econômicas, catástrofes ambientais, avanço dos efeitos da emergência climática, uma pandemia com implicações sanitárias, psicológicas, econômicas e sociais sem precedentes, e, por outro lado, ampliação da atenção a agendas de equidade e enfrentamento de violências contra grupos de minorias.

De acordo com o Censo GIFE 2020, na percepção de investidores sociais, o cenário piorou mais para as organizações parceiras (38%) e para o campo em geral (37%) do que para si próprios. Ainda segundo os dados, a melhora do ambiente de atuação é mais fortemente associada às organizações de investimento social (45%) do que ao de organizações apoiadas ou parceiras (32%).

Nos últimos anos, muitos brasileiros têm enfrentado condições indignas de sobrevivência. De acordo com dados da Rede Penssan, 33 milhões de pessoas no Brasil não têm o que comer. Informação ainda mais alarmante quando comparada ao fato de que a concentração de renda no país tem crescido significativamente, com o 1% mais rico agora possuindo quase metade da riqueza produzida no Brasil.

Para Helio Santos, escritor, doutor em Administração pela FEA-USP e presidente do Conselho da Oxfam Brasil, o país precisa adaptar suas políticas públicas para atender as diferentes violências geradas pelas desigualdades. "Emancipação é a palavra-chave. É preciso customizar para ter programas de fato emancipatórios e que possam ser replicados."

Malu Paiva, vice-presidente executiva de sustentabilidade na Vale, comenta que é preciso o engajamento de todos os setores da sociedade, assim como tem ocorrido com as ações associadas às mudanças climáticas. "Reduzir a emissão de carbono passou a ser um objetivo e linguagem em comum entre o setor público e privado. Estamos todos na mesma página em relação a isso e o mesmo deve ocorrer em relação à erradicação da fome."

O papel do investimento social privado

Investimento Social Privado (ISP) é a destinação de recursos privados para projetos de interesse público. É pensar e agir sob uma perspectiva humanista e reconhecendo o nosso papel na transformação do Brasil em uma sociedade mais equânime e justa.

"É óbvio que a filantropia e o Investimento Social Privado jamais vão substituir o Estado – e nem é essa a intenção - , mas as pessoas e as entidades privadas têm o dever moral e político de colaborar com a construção de um país mais justo e igualitário. Além disso, existe uma vantagem que o Poder Público não tem: capital flexível. Por ser privado, o recurso tem agilidade para ser alocado na produção de conhecimento, formulação de políticas públicas ou, ainda, para a inovação na gestão pública. Podem ser destinados a quaisquer temas, pautas e projetos", afirma Cassio França, secretário-geral do GIFE.

"Com mais de 160 organizações associadas, desde a formalização do GIFE em 1995, buscamos fortalecer o setor e contribuir para que a alocação de recursos privados para fins públicos seja mais ampla e efetiva. Temos um compromisso com a justiça social, com o bem público, com o fortalecimento da sociedade civil e com a participação social", define Inês Lafer, presidente do Conselho do GIFE

Caminhos possíveis

Para superar essas estruturas que impedem a justiça social e a preservação ambiental, é necessário repensar o atual modelo de desenvolvimento brasileiro e fortalecer a democracia - é o que indicam lideranças do setor.

"A diversidade territorial é um aspecto que atravessa, proporcionando condições diferentes para o processo de formação de parcela da população que deve ser considerada pelas organizações", comenta Érica Fortuna, gerente departamental de relações institucionais da Fundação Bradesco.

Inês Lafer, presidente do Conselho GIFE, analisa o atual cenário: "não posso deixar de mencionar o desmantelamento das políticas públicas que a gente viu na nossa história recente, além de um movimento para desacreditar o trabalho

"Temos, neste momento, uma janela de oportunidade. E nesta oportunidade não há espaço para a neutralidade dentro dessa sociedade civil ativa e que busca combater os problemas estruturais. Temos que investir de forma consciente e ativa na redução das desigualdades sociais, raciais e de gênero, na defesa de populações minorizadas e minoritárias e do meio ambiente. A nossa democracia depende disso"

NECA SETUBAL

“A pressão e o trabalho realizado pela sociedade civil é fundamental para trilharmos um caminho de equidade. Porém, as estruturas têm que ser repensadas internamente também, para que nossas organizações não sejam o reflexo do mundo em que vivemos, mas um espelho do futuro que buscamos”

CIDA BENTO

das organizações da sociedade civil ou mesmo tentativas de criminalizar suas lideranças. Nós superamos esse momento sombrio de ataque ao espaço cívico, mas as sequelas deixadas ainda vão nos exigir bastante esforço coletivo”, afirma.

Atila Roque, diretor da Fundação Ford no Brasil, aborda ainda a necessidade de se pensar a democracia a partir de outros processos, mais justos. “Discutir democracia no Brasil é sobre como a gente consegue romper com o pacto da desigualdade, da branquitude.”

Para Cida Bento, cofundadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), se queremos mesmo um país mais democrático, ele precisa ser mais equânime. “É necessário mudar o perfil das nossas instituições: deve ser mais múltiplo e diverso, pensando que a diversidade é sempre ameaça [ao status quo]. Do lado oposto estão o pensamento único e a uniformidade que queremos mudar – o convívio com a multiplicidade é assustador.”

Pensar o passado para olhar o futuro

Mas quando se fala em injustiça social, não dá só para pensar ações futuras, também é preciso olhar para o passado.

Para Edgar Villanueva, diretor do Decolonizing Wealth Project e Liberated Capital, a colonização não é algo que ficou no passado, mas segue nos dias atuais: “O que estamos experimentando não é apenas a cura e a recuperação dessa colonização na história, temos uma colonização em andamento que continua a traumatizar novamente nossas comunidades.” Villanueva dá a isso o nome de “vírus colonizador”. “É uma mentalidade tão difundida que incorporou todos os nossos aspectos, nosso modo de viver e nossa cultura. É tão normal para nós que nem percebemos que a colonização continua acontecendo – está em nossa política externa, em nossa política ambiental, em como tratamos o planeta, até em como exercemos a filantropia.”

Giovanni Harvey, diretor-executivo do Fundo Baobá de Equidade Racial, concorda: “o doador exerce o poder. Nós, enquanto instituições filantrópicas, temos que ter responsabilidade porque, quando fazemos doações, e fazemos escolhas, interferimos no ecossistema e no ambiente no qual os movimentos sociais estão organizados. E precisamos respeitar isso.”

Edgar Villanueva afirma que não se trata de dinheiro ou riqueza, mas de nós mesmos. “Como podemos usar o dinheiro de uma forma diferente, que ajude a curar e reparar? Se pudermos mudar um pouco de nossas mentalidades colonizadoras, então, poderemos distribuir recursos de uma maneira diferente. Nós sabemos quem são os que mais sofrem, sabemos onde a dor é pior, portanto, é nosso trabalho priorizar recursos para essas comunidades.”

“A pergunta que vai conduzir inovações no setor é: qual é o propósito da filantropia que as organizações fazem?”

Cassio França, secretário-geral do GIFE, fala em entrevista sobre a potencialidade da filantropia de ser parte da solução de problemas sociais complexos

Você acredita que a filantropia, atualmente, é a solução para as desigualdades ou ela é parte do problema?

Cassio: A filantropia não é “A” solução dos problemas, ela é um aspecto importante da ação pública não-estatal que pode contribuir com o fim das desigualdades. Creio ser um equívoco pensar que a filantropia seja parte do problema. As desigualdades não foram construídas por meio da filantropia. Se, no limite, não houvesse filantropia, não passaríamos a ter menos desigualdades.

Na sua visão, como a filantropia pode ser estratégica no combate às desigualdades?

Cassio: A filantropia, além de ter capital financeiro flexível que pode auxiliar organizações da sociedade civil para serem interlocutoras do Estado, pode apoiar governos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, produzir conhecimento aplicado aos projetos de interesse público, investir na formação de agentes estatais e não estatais – ela tem capital político que pode influenciar normas, resoluções ou leis estatais e, assim como políticas públicas, que promovam a redução das desigualdades.

Qual é o papel ou a oportunidade para o Investimento Social Privado para a promoção de inovação e novas formas de realizar investimentos?

Cassio: A pergunta que vai conduzir inovações no setor é: qual é o propósito da filantropia que as organizações fazem? Há inúmeras possibilidades. Aquelas organizações que estão dispostas a enfrentar as desigualdades têm todas as condições de rever seus processos de tomada de decisão. A palavra “inovação” me parece pouco adequada, pois não há nada de novo em promover diversidade nas organizações. Por exemplo, torná-las brasileiras e não com estilo europeu é o mínimo que as organizações devem fazer. Outro exemplo, fazer com que suas relações com parceiros e fornecedores sejam estabelecidos com horizontalidade, respeitando a forma e vivência do outro é uma condição humana,

isso não pode ser visto como inovador. Valorizar o saber que está no território é uma simples questão de compreender que os projetos e políticas públicas estarão fadados ao fracasso, se esse saber não for parte constituinte da formulação dos projetos.

Considerando o contexto brasileiro e os impactos da pandemia da Covid-19, quais alterações na forma de atuação da filantropia, no geral, você destacaria que foram incentivadas? O que você avalia que veio para ficar em termos de novos hábitos e comportamentos?

Cassio: A pandemia provou que fazer doações para quem está no território é uma das estratégias mais eficazes de resolução de problemas. No período mais crítico, houve o aumento do volume de recursos doados e a priorização de doações, frente à execução de projetos próprios. Tais atitudes se mostraram muito importantes para amenizar as dores das comunidades locais. Temos a intenção que esse comportamento continue sendo valorizado, mesmo sem, felizmente, termos de conviver com restrições sociais. O GIFE não defende o fim da execução de projetos próprios pela filantropia, mas busca evidenciar que as doações tenham um valor e que devem ser priorizadas por todas as organizações filantrópicas.

O que você acredita que pode ser feito para que as doações não sejam somente uma "onda", que a solidariedade não venha só em momentos de emergência, mas se transforme em uma cultura?

Cassio: Devemos seguir desenvolvendo a cultura de doação no país. É importante doar, doar faz bem. Porém, de forma simultânea, devemos rever o marco legal que impede que o setor seja mais potente. Uma premissa importante a ser defendida frente a governos é de que a filantropia não se tributa e não se controla. Devemos ter um ambiente jurídico que elimine a tributação de doações filantrópicas. Além disso, é importante que o arcabouço jurídico incentive mais doações, seja pela revisão de algumas normativas de incentivos fiscais, seja pela revisão das alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). É válido dizer que a cultura de doação pode ser desenvolvida de forma voluntária, pela humanidade que cada pessoa tem, mas também pela ação do Estado brasileiro, que pode prever formas de estimular a doação.

CASSIO FRANÇA no **12º Congresso GIFE** que aconteceu em abril/2023 no Memorial da América Latina, em São Paulo

Créditos: Unsplash

Filantropia pelo fortalecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes

Público é prioridade na Constituição Federal, no entanto, os investimentos da União voltados a ele representam menos de 5% do orçamento total e têm caído nos últimos anos

O artigo 227 é o único da Constituição Federal de 1988 que usa o termo "absoluta prioridade" ao falar sobre crianças e adolescentes. No Brasil, atualmente, são pouco mais de 53 milhões de brasileiros com menos de 18 anos de idade. Apesar disso, os investimentos da União voltados para esse público representam menos de 5% do orçamento total e têm caído nos últimos anos.

Um levantamento do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (Inesp) mostrou que, entre 2019 e 2021, os recursos destinados para combater o trabalho infantil foram reduzidos em 20 vezes e houve queda de 28% no valor destinado à assistência social a este público. Mas como colocar esse público no centro do investimento social privado e público?

A Agenda 227 é um exemplo de como a sociedade civil tem se organizado para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes.

"É um movimento criado em defesa das crianças e adolescentes que conta atualmente com aproximadamente 400 organizações signatárias", explica Miriam Pragita, diretora-executiva na ANDI - Comunicação e Direitos.

Pensar nesse público é abarcar diferentes perfis e diferentes realidades. "Nossa missão de honrar crianças e adolescentes nada mais é do que fortalecer, garantir, promover o Artigo 227 da Constituição Federal. Por isso a necessidade de nós, ativistas, que fazemos parte do investimento social privado, mais sociedade e governo, de se unir e fazer esse pacto em prol da garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Esse pacto é urgente", diz Isabella Henriques, diretora-executiva do Instituto Alana.

> *"Temos muita consciência que é necessário caminhar junto, tanto as políticas públicas, quanto o investimento social privado e a sociedade civil. Precisamos trabalhar juntos para que a criança seja vista, abordada e tratada de forma integral e integrada"*
>
> **MIRIAM PRAGITA**

Como as avaliações podem contribuir para a redução de desigualdades

Wesley Matheus e Camila Cirillo*

A redução das desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira, formada sobre o prisma da escravização e do colonialismo, é premente, principalmente após a pandemia da Covid-19 amplificar o abismo entre ricos e pobres. Uma leitura da sociedade brasileira dissociada de tal conceito parece soar como um acorde incompleto ou cacofonia aos ouvidos daqueles que procuram compreender as razões que atravancam um salto do desenvolvimento social no país. E uma posição que se apresenta indiferente à necessidade de se superar tal quadro parece soar incoerente. Mas por que sociedades desiguais devem ser transformadas em lugares mais igualitários?

A ausência de reflexão em torno das desigualdades inviabiliza a compreensão das formas como se manifestam e seus impactos sobre a vida cotidiana, os quais colocam em risco o bem-estar e a sustentabilidade de grupamentos sociais, na medida em que são: eticamente inaceitáveis, socialmente vulnerabilizantes, politicamente desestabilizantes e coletivamente insuportáveis.

O Investimento Social Privado desempenha um papel importante no combate às desigualdades, atuando como um espaço de experimentação e provocação, buscando estratégias inovadoras para reduzi-las. Além disso, as organizações de Investimento Social Privado (ISP) têm o potencial de promover transformações nos contextos em que atuam, mesmo que de forma pontual. Também desempenham um papel na produção e disseminação de conhecimento sobre o que funciona e o que não funciona na redução das desigualdades. As avaliações também podem ter um papel importante nesse processo, desde que algumas condições sejam observadas. Isso porque o exercício de tomada de decisão, embasado pela prática avaliativa, pode levar à otimização de uma iniciativa, contribuindo para a redução de desigualdades socioeconômicas.

Contudo, as avaliações podem apenas perpetuar o *status quo*. Para que contribuam com a redução das desigualdades, devem ser democráticas e transparentes, envolvendo efetivamente diferentes interessados durante todas as etapas, desde o planejamento até o encerramento, uma vez que avaliações são processos políticos que podem ser marcados por assimetrias de poder entre as partes afetadas. Além disso, devem ser interculturais e interidentitárias, levando em conta a interconexão contemporânea e os riscos decorrentes do encontro de diferentes culturas. Para lidar com esses riscos, é necessário ter consciência das diferenças culturais e identitárias, adotando abordagens sensíveis às desigualdades.

Adicionalmente, as avaliações devem ser multidisciplinares e intersaberes, incorporando uma diversidade de campos de conhecimento na equipe avaliadora, incluindo acadêmicos e pessoas com saberes locais e tradicionais relacionados aos contextos avaliados. O pensamento sistêmico deve ser levado em consideração, e não há um único método legítimo, mas escolhas metodológicas adequadas ao contexto e aos critérios avaliados. Por fim, as avaliações devem ser pedagógicas e transformadoras, como processos contínuos de aprendizagem que também retroalimentam e influenciam a realidade.

Essas diretrizes têm como objetivo sistematizar princípios relacionados às desigualdades e apresentar formas de endereçá-los na prática avaliativa, promovendo a reflexão de diversos atores, incluindo avaliadores, demandantes, financiadores e pesquisadores. É importante ressaltar que essas diretrizes não são exaustivas nem conclusivas, mas buscam destacar o papel das avaliações na redução de desigualdades, indo além da geração de evidências e considerando o contexto cultural, social e político do Brasil, provocando os processos avaliativos a evidenciar os sentidos atribuídos aos seus objetos de estudo e declarar os valores e princípios que sustentam sua prática.

** Diretor colegiado da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA); Consultora do GIFE na Agenda de Avaliação.*

Resposta para a crise climática está em ouvir os povos indígenas, quilombolas e periféricos

A construção do futuro com justiça socioambiental deve incluir populações que vivem os impactos da emergência climática, defendem Txai Suruí e Thuane Nascimento (Thux)

Quando se fala em emergência climática, temos ao nosso alcance produções acadêmicas, pesquisas e artigos que debatem como a ação humana impacta o meio ambiente e quais são os efeitos para a própria humanidade.

Mas, se há emergência maior do que a climática, é a urgência de fazer com que todos entendam a gravidade do tema e levar informação simples para que todos entendam como serão impactados. Por isso, as agendas da educação e das mudanças climáticas precisam andar lado a lado.

Para Thuane Nascimento (Thux), diretora-executiva no PerifaConnection, a implantação de uma educação ambiental efetiva encontra desafios de ordem prática no Brasil e no mundo. "A quem interessa educar sobre meio ambiente e sobre clima sem a imagem de ser humano? Porque, quando a gente fala sobre meio ambiente nos livros de escola, você vê muitas florestas, animais, que são importantes, claro, mas não tem gente. A quem interessa que a educação e a comunicação sobre o meio ambiente e o debate de clima não tenha gente?", questiona.

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) contribui para mudar a forma como as pessoas pensam e agem para alcançar um futuro sustentável. A EDS significa incluir questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem.

A atitude demanda mudanças profundas no modelo educacional atual. Esse esforço irá incentivar alterações de comportamento que virão a promover um futuro mais sustentável em termos da integridade ambiental, da viabilidade econômica e de uma sociedade justa para as gerações atuais e as que ainda virão. Isso representa uma nova visão da educação capaz de ajudar pessoas de todas as idades a entender melhor o universo em que vivem, tratando de problemas como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos.

Fonte: UNESCO

"A lógica do racismo sob viés da educação é cruel porque é viver numa realidade e ser educado sobre outra. É cruel falar de mudanças climáticas a partir do norte global, porque é um lugar que nós não conhecemos. Precisamos aniquilar os discursos de meio ambiente a partir da branquitude. Isso é desafiar as estruturas de desigualdades"

THUX

Educação conectada à realidade

Um processo educacional sobre a sustentabilidade é responsável pelo letramento e engajamento dos cidadãos. No entanto, mesmo com a existência da Lei da Educação Ambiental em atividade há mais de 20 anos, sua implementação ainda não acontece de forma efetiva no currículo. Com uma grade curricular que não contempla a realidade da maior parte da população, as pessoas mais afetadas por efeitos climáticos extremos são excluídas de uma formação efetiva.

Patrícia Mota Guedes, superintendente do Itaú Social, acredita que recortes de gênero e raça devem ser considerados, especialmente na ação do investimento social privado com a administração pública.

Em outra perspectiva, Mirela Sandrini, diretora regional na Porticus, acrescenta: "apesar dos progressos, ainda existe uma desconexão das dinâmicas com a natureza e isso faz com que a escola não faça tanto sentido para populações mais afetadas e aquelas imersas nas florestas".

Para Txai Suruí, liderança do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, ser resistência é um trabalho constante. "Hoje, infelizmente, as pessoas olham para o meu povo em um lugar de pobreza, de falta de inteligência, mas até hoje não conseguem ouvir a nossa sabedoria, já que estamos falando aqui de educação. E gosto muito de ressaltar que a gente aprende a ler, a escrever, a dirigir, aprende também a destruir, mas não estão sabendo ouvir sobre outros caminhos que existem e que a gente não está só falando, mas colocando em prática em nossos territórios, usando o saber ancestral, nossa sabedoria como instrumento de transformação para as nossas realidades e para as realidades de todos."

Outras fontes de conhecimento

Para construir uma educação socioambiental de qualidade é preciso ir além do currículo formal e buscar nos territórios os conhecimentos ancestrais. "Quando falamos de educação, imagina-se que a gente receba uma educação diferente nas nossas culturas. É uma forma de ensinar e aprender diferente do que a imposta na cidade. Usamos nossa sabedoria ancestral como transformação", afirma.

Txai destaca ainda dados do relatório da ONU "Povos indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal", publicado em 2021. O documento revelou que os povos indígenas e comunidades tradicionais em geral têm sido melhores guardiões de suas florestas em comparação com os responsáveis pelas demais áreas verdes.

Olhando para o futuro

Para Alessandro Molon, advogado e professor de Direito na PUC-Rio, é necessária a criação de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil. "O que a gente tem que mudar para que o mundo da política entenda que a emergência climática não é um assunto de amanhã, é um assunto de ontem? E o que a gente pode fazer, o que a filantropia pode fazer para mudar isso? Somos um país em busca de um projeto. O Brasil ainda não decidiu o que quer ser. E a filantropia pode ajudar a formular modelos e recuperar a capacidade brasileira de criar projetos."

Além das diferentes realidades, Txai ressalta a importância de apresentar novos caminhos para superar a maior crise coletiva que estamos vivendo. "A gente entende que garantir o direito de quem está na linha de frente, de todo o movimento das minorias e de resistência, significa garantir a justiça climática."

"É importante que profissionais de educação entendam que diferentes culturas possuem diferentes processos de ensino. Para os povos indígenas, o conceito de progresso não é acompanhado de destruição, mas sim de vida", completa Txaí Suruí.

Desafios para o financiamento da sociedade civil

Criação de editais públicos, seleções externas e inclusivas e comitês com integrantes de movimentos sociais estão entre as alternativas para que os investimentos cheguem às organizações

A pesquisa "Periferia e Filantropias", publicada pela Iniciativa Pipa, mostrou as dificuldades que as organizações da sociedade civil (OSCs) de regiões periféricas têm para acessar recursos do investimento social privado. O documento revelou que 74% das pessoas que trabalham em projetos sociais periféricos são negras e sobrevivem com menos de R$ 5 mil por ano. A maioria das organizações é chefiada por mulheres, em sua maioria negras.

Para Gelson Henrique, coordenador-executivo da Iniciativa Pipa, são dados alarmantes e que demonstram quão importante é o financiamento para esses atores "as organizações de periferia não possuem acesso aos financiadores e, quando acessam, dificilmente existe uma relação de confiança, porque não fazem parte da rede, não conhecem o trabalho, o território. Esse desconhecimento do setor filantrópico para com a realidade dos gestores das periferias brasileiras é um grande desafio", diz Gelson.

Os caminhos para que os investimentos cheguem aos territórios

E como fazer o investimento chegar aos territórios que precisam? Para Allyne Andrade, superintendente-adjunta no Fundo Brasil de Direitos Humanos, é com a criação de editais públicos, seleções externas e inclusivas, e contando com comitês compostos por especialistas de movimentos sociais e acadêmicos que validem os projetos. "O Fundo Brasil faz um processo de apoio a organizações feito por meio de diálogo e criação de recursos flexíveis para que as OSCs continuem existindo."

Athayde Motta, diretor-geral no Ibase, complementa: "é fundamental que sejam criadas formas de regulação em que as pessoas possam se expressar livremente. Precisamos de espaços para que essas formas alternativas também dialoguem com os investidores privados."

Mais do que patrocínio, apoio a um propósito

Enfrentar as desigualdades é uma urgência em um país que voltou para o mapa da fome, onde a violência é uma triste realidade, a discriminação, o racismo e o machismo colocam determinados grupos em situação de desvantagem no acesso a serviços, bens e, especialmente, direitos. Muito ainda precisa ser feito para que a jovem democracia brasileira possa se consolidar.

A partir deste entendimento, convidamos nossa rede de associados e parceiros para construir conosco a 12ª edição do Congresso GIFE.

32 organizações aceitaram o convite e patrocinaram o Congresso, o maior e mais diverso evento realizado pelo GIFE. Essas organizações não só buscaram a visibilidade de suas marcas e as conectaram ao propósito, como também permitiram que uma discussão séria, profunda e por muitas perspectivas pudesse ser feita com as 1.200 pessoas que participaram do evento.

O GIFE reconhece e acredita nas potencialidades do Investimento Social Privado em contribuir com uma efetiva transformação social no país e agradece a cada uma das organizações que patrocinaram a 12ª edição do Congresso GIFE.

Muito obrigado!

APOIADORES PLATINUM

fundação bradesco

VALE

APOIADORES MASTER

ArcelorMittal Fundação ArcelorMittal Investimento Social

FORD FOUNDATION

Fundação Itaú

PORTICUS

APOIADORES OURO

Luminate

Fundação Tide Setubal

INSTITUTO UNIBANCO

instituto VOTORANTIM 20 ANOS

APOIADORES PRATA

fundação feac

Fundação GrupoBoticário

FUNDAÇÃO José Luiz Egydio Setúbal

GALO DA MANHÃ

GERDAU

GrupoBoticário

IBIRAPITANGA

imaginable futures

instituto ACP

raízen

APOIADORES BRONZE

alana

arapyaú

[B]³ SOCIAL

Fundação Cargill

globo

aegea

Instituto Alcoa

iCS

instituto VEDACIT

Fundo pela AMAZÔNIA

MATTOS FILHO

novo nordisk

Raia DROGASIL

RD

serrapilheira

Vem aí:
Censo GIFE 2022-2023

O Censo GIFE mobiliza o investimento social privado, organiza dados e fornece um panorama com potencial de pautar decisões e qualificar as estratégias das organizações.

Há mais de 20 anos o Censo GIFE fortalece a filantropia e o investimento social no Brasil.

Em breve mais uma edição da pesquisa.

CENSO GIFE 22-23